

E o Senado faz discriminações

MANOEL VILELA
Da Editoria de Política

Por que o Senado aprova um projeto de empréstimo de US\$ 50 milhões para Santa Catarina e nega um outro do mesmo valor para o Piauí? Por que essa discriminação inexplicável? Por que essa discriminação exclusivamente política ao Piauí? Por que o Senado autoriza um empréstimo de US\$ 100 milhões a Minas Gerais e outro a São Paulo e agora quer negar o mesmo direito ao Piauí?

Essas perguntas, formuladas em tom indignado pelo senador Halvídio Nunes (PDS-PI) no final dessa semana, servem para medir o clima em meio ao qual os pedidos de empréstimos a Estados e Municípios chegam ao Senado, para a necessária autorização. O Senado é a casa legislativa representativa dos Estados, ali presentes em igualdade de condições, com três senadores cada um. Por isso, se um Estado se sente prejudicado, como no exemplo citado, há logo o protesto. Mas, no reverso, também parte de um dos senadores do Estado a oposição ao empréstimo, provavelmente por motivos políticos.

Na legislatura passada, quando ainda era senador o capixaba Dirceu Cardoso, as resistências à aprovação desses empréstimos partiam quase sempre dele, sob a alegação de que esses recursos contribuíam para agravar o ritmo inflacionário do País, além de comprometer perigosamente o equilíbrio das finanças estaduais ou municipais.

PLANOS

Em geral, os pedidos de empréstimos chegam ao Senado acompanhados de um plano de aplicação e quase sempre se destinam a obras públicas de base, como o asfaltamento de rodovias ou a construção de obras de saneamento básico.

Ao findar os trabalhos da Legislatura, mais de 300 projetos de autorização para esses empréstimos foram arquivados pelo Senado diante do malogro nas sucessivas tentativas de sua aprovação em plenário. Ao lado de Dirceu Cardoso, com sua obstrução sistemática, a liderança do PMDB também oferecia restrições à aprovação de muitos desses pedidos, por duvidar da correta aplicação dos recursos por parte

dos governadores de então, todos do PDS.

Hoje, como se vê diariamente nas pautas da Ordem do Dia do Senado, os projetos estão sendo desarquivados e, por já não existir bloqueios, começam a receber aprovação às dezenas. Há suspeitas de que os atuais governadores precisem dos recursos para o custeio de suas folhas de pagamento ao funcionalismo.

Foi por isso que o senador Alberto Silva (PMDB-PI) ameaçou essa semana impedir a votação dos US\$ 50 milhões solicitados pelo Piauí se não obtivesse claras explicações sobre o destino que seria dado aos recursos. Ele reclamou um plano de aplicação e lembrou que, há dois anos, o então governador Lucídio Portella, do PDS, foi contemplado com um outro empréstimo, no valor de US\$ 20 milhões, "mas não cumpriu nada do que estava escrito no plano".

Essas dúvidas persistem e já não é segredo para ninguém que a via dos empréstimos, externos ou internos, representa uma válvula de saída para as dificuldades financeiras das unidades federativas.